DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 8586/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/11455/2016
PROTOCOLO	: 1680942
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO PARDO
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: 1- CACILDO DAGNO PEREIRA 2- ADRIANA ASSIS DE LIMA ALVES RODRIGUES
TIPO DE PROCESSO	: CONTAS DE GESTÃO
RELATOR	: CONS.ª SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata o presente processo de julgamento da Prestação de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Pardo, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Cacildo Dagno Pereira (Prefeito Municipal à época) e da Sra. Adriana Assis de Lima Alves Rodrigues (Gerente de Promoção Social à época).

As contas em análise foram julgadas irregulares, com aplicação de multa de 100 (cem) UFERMS ao Sr. Cacildo Dagno Pereira e 100 (cem) UFERMS à Sra. Adriana Assis de Lima Alves Rodrigues, conforme consta do Acórdão AC00 – 351/2020 (fls. 189-193).

Conforme certificado às fls. 195 e 204-205 e Termo de Informação à fl. 206, as multas aplicadas foram quitadas com os benefícios decorrentes do REFIC, instituído pela Lei 5.913/2022.

Remetidos os autos para manifestação do Ministério Público de Contas, o órgão ministerial (PAR – 4ª PRC – 9808/2023, fls. 213-214) manifestou-se pelo cumprimento da deliberação, não havendo mais nenhuma providência a ser adotada em face do julgamento do processo, razão pela qual opinou pelo arquivamento dos autos.

É o relatório.

Com razão o MPC. A única providência pendente para consumação do controle externo (RI/TC/MS – art. 187, II, 'a') nestes autos, era o pagamento das multas aplicadas, que ocorreu por adesão ao REFIC conforme certificado às fls. 195 e 204-205.

Diante do exposto, acompanho o parecer ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

1 – Pelo encaminhamento dos autos à Gerência de Controle Institucional, para que seja procedida a respectiva baixa de responsabilidade do interessado, bem como, para nos termos do artigo 187 do Regimento Interno, processar-se às devidas anotações, e demais providências cabíveis;

2 – Pela **EXTINÇÃO** e consequente arquivamento do presente processo, com fulcro no art. 186, V, "a", do Regimento Interno (consumação do controle externo) c/c art. 6º parágrafo único da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 24, de 01 de agosto de 2022 (pagamento da multa por adesão ao REFIC);

3 – Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar nº. 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 18 de outubro de 2023.

PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
Conselheira Substituta
ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

ARN/AEBSA